

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UNB**

**ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU
EXCLUSÃO?**

ÂNGELA CRISTINA ALCIATI

ORIENTADORA: VALÍCIA FERREIRA GOMES

BRASÍLIA/2011

ÂNGELA CRISTINA ALCIATI

ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga.

Orientadora: **Valícia Ferreira Gomes**

BRASÍLIA / 2011

TERMO DE APROVAÇÃO**ÂNGELA CRISTINA ALCIATI****ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU
EXCLUSÃO?**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 / 04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

ÂNGELA CRISTINA ALCIATI

BRASÍLIA / 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e ao meu Marido Alessandro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis e por não deixar desistir diante de tantos obstáculos.

A minha família, pela confiança e motivação.

Aos amigos e colegas, pela força e pela vibração em relação a esta jornada.

Aos profissionais da educação que me inspiraram pela a realização deste estudo.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa foi apresentado com o objetivo de mostrar como as redes de ensino ainda estão despreparadas para assumir as pessoas com deficiência, as problemáticas em relação da infra-estrutura e o despreparo dos profissionais para atuarem na aprendizagem das crianças com deficiência. As discussões elencadas nesse trabalho deixaram cada vez mais evidente, que as relações das políticas públicas e a integração das pessoas com a prática cidadã estão longe de terminarem uma vez que é um tema discutível e dinâmico por envolver mudanças de comportamento e de atitude em relação aos fatos que são emergenciais e reais. A metodologia utilizada foi de aplicação de questionários dirigidos e com apoio bibliográfico para fundamentar a pesquisa de campo na escola com professores que trabalham com pessoas com deficiências. Os resultados nos mostraram que ainda temos muito que fazer, pois o pano de fundo da escola ainda está num momento de adormecimento, pois a escola não consegue se organizar para as práticas de educação necessária para assumir de forma tão eficiente como está descrito na legislação, para um atendimento aos alunos deficientes.

Palavras-chaves: **Inclusão , alunos deficientes, educação.**

RESUMO

APRESENTAÇÃO.....	08
I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1. A EVOLUÇÃO E A HISTÓRICA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE NA ESCOLA.....	10
2. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EQUIPE PEDAGÓGICA E DOS EDUCADORES.....	15
2.1 Estrutura física de uma instituição de ensino diante da inclusão.....	18
3. ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO.....	21
II- OBJETIVOS.....	30
III- METODOLOGIA.....	31
IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFEREÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A- MODELO DE QUESTIONÁRIO.....	47
ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	48

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de pesquisa foi escolhido em razão de encontrarmos nas redes de ensino regular a deficiência em atender pessoas com deficiência. Este estudo foi realizado com pesquisa de campo para levantar as problemáticas em função da infra-estrutura que as escolas não conseguem atender por falta de políticas públicas e cumprimento da Legislação da Educação e Educação Especial.

Pesquisar esse assunto foi investir na descoberta das ações que não são realizadas para que a inclusão ocorra de maneira simples e sem complicações, no sentido que as coisas não precisam ser complicadas e sim orientadas. Nas questões de avaliação avaliar se a inclusão dos alunos especiais é efetiva ou deficitária em uma escola regular de ensino público, diante de todas as dificuldades que vemos na atual aprendizagem brasileira e a dificuldade dos professores em ensinar sem qualificação, são os outros complicadores da nossa pesquisa.

Nesta pesquisa tentaremos mostrar que devemos ter um olhar crítico e não de juízo para pensar em como resolver as questões da inclusão como, processo de resgate as políticas públicas e leis que permeiam a situação dos alunos em processo de inclusão nas escolas regulares.

Sou professora de Educação Física e atuo como educadora em salas de ensino fundamental, e que ao longo dessa trajetória escolar, me deparei com algumas situações que me levou há pensar um pouco mais sobre as questões da inclusão.

No primeiro capítulo apontaremos como as Pessoas com Deficiências eram tratadas antigamente e como a sociedade evoluiu e vem evoluindo a cada dia diante da inclusão tanto no meio social, quanto no escolar, pois em meio a tanta informação e tanta conscientização, com relação às pessoas com deficiência, infelizmente ainda existe muito preconceito e desrespeito. Por mais que existam leis e mais leis o ser humano não aprendeu a respeitar o seu próximo acarretando assim em problemas de convivência pacífica.

No segundo capítulo ressaltaremos que os professores devem ter uma qualificação profissional adequada para receber os alunos com deficiências na sala de aula, sendo que hoje em dia isso não acontece, pois muitos educadores ao receber esses alunos, por mais que digam que o professor tenha o papel de passar uma aprendizagem significativa, ele não consegue, pois para ele deve ser oferecida uma capacitação que fundamentada para traçar estratégias para então proporcionar uma educação e uma melhor convivência entre seus alunos “normais” e o que possui a deficiência.

No último capítulo apontaremos que atualmente incluir alunos com deficiência em escolas públicas é lei e que independente se a escola tem ou não condições de recebê-los, a obrigação é oferecer essas vagas, mas o que acontece muitas vezes essa escola possui condições físicas para acolhê-los, mas pedagogicamente as condições são precárias e defasadas e assim os professores se sentem perdidos para atuarem com eficiência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1- A EVOLUÇÃO E A HISTÓRIA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA.

Grandes transformações ocorreram desde os anos 30 nos sistema educacional brasileiro e as concepções sobre o atendimento às crianças com deficiência. Na década de 50 surgiram as primeiras escolas especializadas e classes especiais e com predominância de uma concepção e atitude assistencialista presente na idade média, havendo a presença de instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiências (BRASIL, 2006)

Entre as décadas de 50 e 60, surge a discussão sobre o conceito de Normalização, que tem como princípio fazer com que a pessoas “retardadas”, se assemelhe as condições normais de sociedade. A educação especial no Brasil começa a ter um cunho educacional, apesar de ainda manter características assistencialistas, no quadro de escassez de programas públicos de saúde e de educação. A partir dos princípios de Normalização, a Educação Especial, passou por importantes mudanças.

No ano de 1959 com a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, tem assegurado no seu capítulo VII, o direito a educação gratuita e obrigatória. Essa foi à chamada fase da segregação, pois começou com o atendimento às pessoas com deficiência dentro de grandes instituições que, entre outras coisas proporcionavam a alfabetização. A partir dos anos 60, acontecem os movimentos dos pais de crianças a quem era negado o ingresso em escolas comuns.

Houve então na década de 70 outra concepção, caracterizando-se a atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia ainda a marginalização por parte dos sistemas educacionais que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar. No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destaca a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagem tem causado um grande impacto no meio escolar, nas instituições especializadas e entre os pais dos alunos com e sem dificuldades de aprendizagem. Isso vem causando muitas dúvidas, e vem sendo uma das razões da dificuldade de implementação de ações em favor da criação de uma escola mais justa, que ofereça oportunidade e qualidade para todos (CAPUTO e FERREIRA, 2000).

Nos anos 80, com o processo de redemocratização do país e com a chegada de partidos de oposição aos governos dos estados mais importantes do país, ocorreram reformas importantes das políticas educacionais estaduais comprometidas. Em tese, com a universalização do acesso e com a democratização de ensino básico e público, destacou-se também a luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Na segunda metade da década, viveu-se o processo de mobilização em torno da Constituinte e, em 1988 aprovou-se a nova Constituição do país, mas esses direitos não só foram mantidos, entendidos como sendo dever do estado e da família:

“as crianças com deficiências não precisariam e não deveriam estar de fora do ensino infantil e fundamental das instituições de ensino regular, freqüentando classes e escolas especiais”.

E ainda, determina que:

“deve ser garantido a todos o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa, e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um”.

Esses direitos visavam o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nossa Constituição é um marco na defesa da inclusão escolar, pois elucida muitas questões e controvérsias referentes a esse assunto, respaldando os que propõem avanços para a educação escolar de pessoas com deficiências. Além disso, ela institui como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola:

“o dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

A educação aparece como preocupação mundial em 1990 na Conferência Mundial Sobre Educação para Todos e em 1994 na Espanha, durante a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, quando foi aprovada a Declaração de Salamanca.

O Brasil foi influenciado pelos princípios dessas manifestações internacionais a favor de uma educação inclusiva e, as grandes linhas estabelecidas pela sua Constituição atual, foram regulamentadas em seus detalhes pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), onde pela primeira vez temos um capítulo destinada a Educação Especial e que propõe que deve haver atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, tornando obrigatório à disponibilidade das escolas de ensino regular em receber os alunos com deficiências.

Esta mesma Lei, afirma também que os sistemas de ensino:

Assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às necessidades”.

Com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997), onde se aborda a diversidade, no que se refere à Adaptação Curricular, temos a necessidade de adequarem objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender as peculiaridades dos alunos, sendo que um dos objetivos da educação escolar é que os alunos aprendam a conviver em grupos, valorizando sua contribuição, respeitando suas características e limitações.

Em 2004, o Ministério da Educação colocou em prática “O programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade”, que compreende mobilizar esforços para habilitar todas as escolas para o atendimento dos alunos com necessidades deficientes. O programa já capacitou vinte e três mil educadores e gestores de mais de duas mil

idades brasileiras, com o objetivo de incluir alunos com deficiência e garantir sua permanência na rede regular de ensino.

Enfim, toda a legislação que aborda o tema inclusão de crianças com deficiências nas escolas de ensino regular, determinando diretrizes para que, a partir de leis específicas, possa-se partir para a ação, tendo o embasamento teórico necessário para se pôr em prática de fato a educação inclusiva para alunos deficientes.

Nas primeiras páginas do Livro “Pedagogia do Oprimido”, o autor escreve:

“Aos esfarrapados do mundo e aos que com eles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

Trazendo essa citação ao contexto da inclusão de crianças deficientes em escolas comuns, o que se entende é que deve haver compromisso e solidariedade de todos os que trabalham na instituição escolar sem, contudo, assumirem atitude paternalista ou assistencialista que poderia ser encarada como discriminatória e não como um direito, por isso deve-se lutar pelo direito à educação para todas as crianças. Isso é exatamente o que Wise (2003), narra em seu livro “Trabalhando com Hannah: Uma Criança especial em uma Escola Comum”: a luta da família de uma criança com deficiência física e com síndrome de Down para fazer valer seu direito à educação numa escola comum. A autora faz, entre outras, a seguinte citação:

“Sempre existiram crianças com diferentes tipos de dificuldades em nossa sociedade no começo do século XX, dependendo da natureza e da gravidade do problema a criança poderia passar grandes períodos de tempo em um hospital ou em uma instituição... para muitas dessas crianças a experiência de ingressar na escola não era opção acessível”.

Porém, hoje em dia o acesso à escola está garantido por leis específicas que cuidam do direito à educação para todas as crianças, embora os familiares ainda tenham que enfrentar muita dificuldade devido ao preconceito existente em nossa sociedade.

Em novembro de 2000, mais uma vez, trabalhadores e usuários das escolas estaduais paulistas foram surpreendidos por comunicados relativos a transformações na política educacional. Tratava-se da resolução 95, que "dispõe sobre o atendimento de alunos com deficiência nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas" e que inaugurou aquilo que se convencionou chamar de "inclusão escolar". Tendo conhecimento da desestruturação causada por mudanças assim realizadas, pesquisamos os efeitos dessa política sobre o trabalho de uma educadora que, já há muito tempo, orientava seu trabalho pelo princípio da educação conjunta (ANGELUCCI, 2002).

Por fim, a mesma política que propõe a inclusão de crianças e jovens com deficiência, ao apresentar uma concepção de educação tão reduzida, já deixa abertas as portas de saída por onde elas logo deverão passar. Não sem um diploma - não nos esqueçamos da "flexibilização da terminalidade" para aqueles que não tiverem "condições" de cumprir todo o ciclo de ensino -, é claro. É preciso cuidar para que o brilho das estatísticas que enaltecem as conquistas da política educacional não ofusque a percepção da realidade precária em que se encontram os alunos: apresentem eles deficiência ou não.

CAPITULO 2 - A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EQUIPE PEDAGÓGICA E DOS EDUCADORES

Os educadores precisam dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvam situações diversas e singulares do desenvolvimento humano. Assim, podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas.

Partindo desse pressuposto, propõe-se, como uma das alternativas para a efetivação da inclusão educacional na realidade brasileira, o ensino itinerante PLETSCH, (2005). Essa proposta pode ser entendida como um desdobramento da idéia está fundamentado na legislação e em diretrizes da política educacional do MEC.

Contudo, deve-se levar em consideração a heterogeneidade socioeconômica do Brasil, em que acabar com o modelo atual de formação de professores sem planejamento adequado, poderia provocar conseqüências “catastróficas” para o sistema educacional. Por outro lado, investimento na formação docente em nível superior por si só não resolverá a complexidade dos problemas educacionais brasileiros historicamente reproduzidos, como, por exemplo, o analfabetismo.

Isso serve também para toda a equipe pedagógica da escola, o qual deve acolher o professor leigo com relação às pessoas com deficiência e não mandá-lo “se virar” sendo que ele precisa de ajuda.

É preciso preparar os professores para aceitarem essas diferenças individuais das crianças deficientes. Prepará-los para enfrentar suas necessidades individuais e peculiaridades e prepará-las para abandonar os tradicionais “medos” é urgentíssimo, equipando-os com recursos educacionais inovados e com modelos pedagógicos experimentais (PARANA, 2000; CAVALCANTE, 2000).

Seria interessante, então, implementar e avaliar um programa de formação continuada, o ensino colaborativo, para o professor de ensino comum, de forma a torná-lo mais autônomo e com práticas pedagógicas mais efetivas e adequadas às necessidades de seus alunos (BRASIL, 2002).

Farias (2003) acredita que a “capacitação” é o primeiro passo para a inclusão escolar dar certo. De modo geral, é o que assegura o progresso, a qualidade e a manutenção de todos os alunos na escola, porque, preparando o professor terá competência para avaliar qual aluno poderá ser favorecido ou não pela inclusão, o tipo de atendimento que vai favorecer o seu desenvolvimento, se a conjugação de esforços favorece ou não, impacto da inclusão sobre os pais se há modificações de diferenças e atitudes nos alunos, pais e na própria comunidade, se há modificação no desempenho da aprendizagem das crianças.

FUNGHETTO apud MARTINEZ (2005): uma pedagogia voltada para desenvolver a criatividade em docentes e alunos fundamenta-se em elementos psicológicos que observamos como essenciais na regulação do comportamento criativo, tais como: motivação; capacidades cognitivas diversas, especialmente, as de tipo criativo; autodeterminação; auto-avaliação adequada; segurança; questionamento; reflexão e elaboração personalizadas; capacidade para estruturar o campo de ação e tomar decisões; capacidade para propor metas e projetos; capacidade volitiva para a orientação intencional do comportamento; flexibilidade e audácia.

FUNGHETTO apud MARTINEZ (2005): nos diz que “o comportamento criativo repousa em configurações psicológicas variadas; de fato as regularidades gerais da personalidade e da criatividade integram-se em uma unidade altamente diferenciada no indivíduo concreto, que é por sua vez sujeito do ato criativo”.

No trabalho docente da escola inclusiva, se não privilegiarmos a dimensão criativa, a relação com o outro, corre-se o risco de atingir apenas o organismo ou parte do sujeito, espedaçando-o não só nos aspectos técnicos, mas também como pessoa.

Ou seja, as potencialidades de cada sujeito podem aparecer de maneiras diversas, exigindo assim diagnóstico, estimulação e avaliação diferenciadas, procedimentos esses que constituem um desafio à educação atual (FUNGHETTO, 2005)

Contreras (2002, p.223-224) insiste em afirmar que o termo profissionalidade deve dar lugar ao termo profissionalismo, visto que este vem acompanhado de uma

descrição presunçosa de status e privilégios sociais e trabalhistas aos quais se aspira, ao passo que àquele resgata o que de positivo tem a idéia de profissional no contexto das funções inerentes ao trabalho da docência.

Outro fator importante é que o trabalho docente não pode ser compreendido às margens das condições sócio-políticas que dão credibilidade à instituição escolar, visto que a educação não é um problema da vida privada dos professores, mas uma ocupação socialmente encomendada e responsabilizada publicamente e, por isso, envolve a comunidade na participação nas decisões sobre o ensino. (CONTRERAS,2002,p.224).

A autonomia nos remete a uma interpretação dos três aspectos presentes na profissionalidade docente: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional, pois estas concepções norteiam o trabalho dos professores caracterizando-os, enquanto modelos de exercício daqueles(CONTRERAS,2002,p.224).

Ao respeitarmos a diversidade e a singularidade de alunos com deficiência na rede regular de ensino, estamos exigindo que a instituição escolar ofereça possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, buscando práticas pedagógicas e concepções mais evoluídas. Educar para o desenvolvimento e para a criatividade se faz um desafio à ação pedagógica, visto que a aprendizagem é um processo contínuo e permanente de construção do conhecimento (FUNGGHETTO, 2005).

A aprendizagem se efetiva na interação social dentro de um determinado momento histórico, requerendo o uso de mediadores para o processo criativo, por meio de diferentes estratégias pedagógicas que possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva – condições consideradas essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania(FUNGGHETTO, 2005).

O professor que ensina a toda a turma não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didáticos pedagógicos básicos, ele partilha com seus alunos a construção e autoria dos conhecimentos produzidos em uma sala de aula. Trata-se de um

profissional que reúne humildade com empenho e competência para ensinar (FREIRE,1978).

O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, na qual todos integram e constroem ativamente conceitos, valores e atitudes. Esse professor arranja e explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração (FREIRE,1978).

Tardif, defende que o saber não se reduz, exclusiva ou principalmente, a processos mentais, cujo suporte é a atividade cognitiva dos indivíduos, mas é também um saber social que se manifesta nas relações complexas entre professores e alunos. Há que “situar o saber do professor na interface entre o individual e o social, entre o ator e o sistema, a fim de captar a sua natureza social e individual como um todo” (TARDIF, 2002, p.16).

2.1 – Estrutura física de uma instituição de ensino diante da inclusão.

Acredita-se que a escola seja o espaço que deva ter o maior número de ajustes possíveis, para a acessibilidade para o deficiente. Os espaços internos, externos aparelhos e utensílios, mobiliários, meios de transportes são fatores primordiais para que se reconheça uma escola inclusiva.

Para corresponder às exigências e expectativas da educação inclusiva a escola precisa estar preparada para receber alunos com deficiência isto inclui adequação da infra-estrutura, dos procedimentos de ensino, proposta pedagógica, preparação dos seus recursos humanos (administração, professores e funcionários), integração entre escola e família.

As ações educativas inclusivas têm como eixo o convívio com as diferenças, a aprendizagem como meio de relacionamento participativo que tenha sentido para o aluno, pois se baseia em alguns princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de perceber e não ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação com a maioria.

Para entendermos os pressupostos da educação inclusiva, usaremos como embasamento teórico, o exposto por MANTOAN (2004), professora dos cursos de

graduação e pós-graduação da faculdade de educação da Unicamp/SP: “o acesso a permanência e o prosseguimento à escola é um direito de todos os alunos com e sem deficiência, e para que a conclusão deixe de ser uma intenção e se concretize é preciso mudar as escolas que ainda reagem às diferenças dos alunos com medidas excludentes, admitido em suas turmas alunos classificados por desempenho acadêmico, sujeitando-os a avaliações de caráter meramente classificatório e uma organização curricular que elege a instrução, por meio de um ensino transmissivo, elitista, que segrega e/ou exclui os que não correspondem ao ideal do escolar em programas compensatórios, como os reforços, acelerações, turmas especiais e de adaptação”.

Tal constatação é agravada pelos fatos dos professores do ensino regular considerem-se incompetentes para atender as diferenças nas salas de aula, pois seus colegas especialistas sempre se destacaram por serem os únicos a realizar esse atendimento e também pelo movimento contrario de pais e alunos sem deficiências que não admitem a inclusão por acharem que a escola baixará ou piorará ainda mais a qualidade do ensino se tiverem que receber novos alunos.

Para maior conscientização de todos os segmentos da sociedade que representam a escola, como as escolas da rede municipal, estadual, particulares, filantrópicas, bem como todos os Conselhos que representam seus pares, o Ministério público com seus representantes (procuradores e promotores), estão se empenhando no sentido de esclarecer os pais de alunos excluídos, com ou sem deficiência, sobre a importância de todas as crianças estarem em uma escola única para que, desde cedo, aprendam a reconhecer e valorizar as diferenças.

Os alunos não são virtuais, eles existem de fato e provêm de contextos culturais variados, de segmento social diferente, que produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, sonhos, costumes, valores e sentimentos e, a sua integração fora do ambiente familiar traz muitos benefícios no aprendizado dessas crianças.

Portanto, a Inclusão é legítima porque a escola para muitos alunos é o espaço de acesso aos conhecimentos, sendo o lugar que lhes proporciona condições de desenvolverem-se como cidadãos, com liberdade, sem nenhuma forma de subordinação intelectual.

Os estabelecimentos escolares têm, por força da lei, de adotar práticas de ensino adequado às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem suas especialidades, mas com a garantia de que não façam restrições e exclusões, como ocorrem nos programas de reforço escolar e em outros que se diz de apoio, para que alguns alunos possam se recuperar dos seus atrasos escolares.

Como o acesso a todas as séries do ensino fundamental é obrigatório e incondicionalmente garantido a todos os alunos de sete a catorze anos, os critérios de avaliação e promoção com base no aproveitamento escolar, previsto na Lei 9394/96 artigo 24, diz o seguinte: “terão de ser reorganizados para cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola”.

Segundo Mantoan (2004), o progresso no ensino inclusivo não é serial, linear, mas sincrônico e organizado em ciclos de formação/desenvolvimento. Os ciclos permitem que o aluno transite em dado nível de ensino, sem reprovação e sem encaminhamento para o ensino especial e esses alunos, de fato, provocam mudanças drásticas e necessárias na organização escolar e fazem com que seus colegas e professores vivam a experiências da diferença nas salas de aulas.

Portanto, superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que tem de se efetivar nas salas de aula e, para ensinar toda a classe, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios, sendo fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

Para ensinar a turma toda, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, tem-se que passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, com conexões, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

CAPÍTULO 3- ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Muitos professores por não saberem lidar com pessoas com deficiência acabam deixando-os de lado e acarretando assim na exclusão dentro da sala de aula.

Zabala (1998) defende a concepção construtivista como aquela que permite compreender a complexidade dos processos de ensino/aprendizagem. Para esta concepção “o ensino tem que ajudar a estabelecer tantos vínculos essenciais e não-arbitrários entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios quanto permita a situação” (p. 38).

Na concepção construtivista, o papel ativo e protagonista do aluno não se contrapõe à necessidade de um papel também ativo do educador. A natureza da intervenção pedagógica estabelece os parâmetros em que pode se mover a atividade mental do aluno, passando por momentos sucessivos de equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio. Nesse processo intervêm, junto à capacidade cognitiva, fatores vinculados às capacidades de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de inserção social.

Para Figueiredo (2002) trabalhar com crianças deficientes não requer uma especialização para reduzir ou por termo às suas deficiências, mas o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

Mas não podemos criticar os educadores, eles expressam a forma como a sociedade geral sempre encarou as pessoas com deficiência – como pessoas esteticamente indesejáveis, cujo contato e convivência geram constrangimento e como sujeitos incapacitados para desempenharem papéis sociais autônomos na comunidade – ou seja- eternos dependentes (D’ANTINO, 1997).

Os capítulos anteriores serviram de “pano de fundo” para que pudéssemos abordar com maior propriedade o assunto primordial desta monografia que é a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino, ou seja, a educação inclusiva. Por Educação Inclusiva se entende que é o processo de inclusão de pessoas deficientes, com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem na rede

comum de ensino em todos os seus graus, da educação Infantil ao quinto ano. Através dela se privilegiam os projetos de escola que devem pautar-se em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar a preservação da dignidade humana, a busca da identidade a igualdade de oportunidades e o exercício da cidadania.

A atual Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 (BRASIL, 1996) trata a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania, que deve se realizar transversalmente, permeando a todos os níveis e demais modalidades de ensino nas instituições escolares.

A Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2001), tem por objetivo garantir a educação dos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, estimulando e oferecendo apoio a projetos de implementação da educação inclusiva, visando investigar e buscar soluções apropriadas e significativas para as diferentes manifestações de uma realidade tão ampla e sócio-culturalmente diversificada como a nossa.

Assim, uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo porque a experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode reduzir consideravelmente a taxa de desistência e repetência escolar (que são características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia que “um tamanho serve a todos”.

Além do mais, escolas centradas na criança são a base de trino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto à dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa, pois por um tempo demasiadamente longo, os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, ao prestar mais atenção nos impedimentos do que nos potenciais de tais pessoas.

Diante disso, instaura-se uma nova lógica organizacional, em que o processo escolar não se limita exclusivamente aos avanços cognitivos e em que o tempo escolar é valorizado e entendido como uma etapa da vida do aluno que concorre para a formação de sua personalidade como um todo e cada ciclo representa e engloba uma experiência coletiva de ordem cultural, social, afetiva e intelectual, que deve transcorrer sem interrupções, sem barreiras. A idade cronológica é a única categoria aceitável para distinguir os agrupamentos de alunos.

As seguintes orientações enfocam pontos a serem considerados na integração de crianças com deficiência em escolas inclusivas (JOHNSON, 1995):

[...] são aplicáveis às classes de hoje, marcadas pela diversidade humana, os seguintes métodos: instrução multi-nível, a comunicação total, aprendizagem por cooperação, aprendizado baseado em atividades.

Escolas deveriam, portanto, oportunizar currículos que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes; o conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento das atividades; o ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los; para que o progresso da criança seja acompanhado e suas formas de avaliação deveriam ser revistas.

A avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem que adquiriram, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las.

A participação do aluno com deficiência nas atividades extracurriculares de forma integrada com seus colegas é muito importante, pois beneficia a percepção mais ampla da realidade social e favorece o desenvolvimento geral do aluno. Lembrando sempre da importância da participação da família por mais simples que sejam e, os professores devem ajudá-los nessa tarefa, prestando-lhes informação, orientações, e fazendo-os sentirem-se partes integrantes e indispensáveis do processo. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e

social, mas para isso necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de criança com deficiência.

Assim, o papel das famílias deve ser apropriado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples, ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constituindo em uma tarefa importante especialmente em culturas onde a tradição de escolarização seja pouca. Portanto, a educação de crianças com deficiência é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais.

Não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inserir um aluno com deficiência no Ensino Regular exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois também é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada e colocada em prática para isto. E, como bases para as reformulações, são necessárias investigações sobre as informações e formação dos docentes das IES; modificações nas estruturas e serviços existentes para atender a diferentes demandas, para que os resultados alcançados pelas experiências de alunos que já freqüentam o Ensino Regular, vivenciadas pelas mesmas sejam positivos (FIGUEIREDO, 2002).

A avaliação do desenvolvimento dos alunos também muda para ser coerente com as outras inovações propostas.

Acompanha-se o percurso de cada estudante, do ponto de vista da evolução de suas competências para resolver problemas de toda ordem, levando-se em conta o que é capaz de fazer para ultrapassar suas dificuldades na construção do conhecimento, mobilizando e aplicando conteúdos acadêmicos e outros meios que possam ser úteis para se chegar a soluções pretendidas; apreciam-se os seus progressos na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação na vida social da escola.

Portanto, o tempo de aprender é o tempo de cada aluno, dispensando-se notas e conceitos, pois o que importa é o registro fiel do aproveitamento dos alunos que vai sendo conhecido dos professores do ciclo que está cursando. Professores e

alunos se auto-avaliam e compartilham o processo de ensino aprendizagem passo a passo.

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos de educação e o ensino que ministram difere do proposto para atender às especificidades dos alunos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma por problemas decorrentes das deficiências e outras dificuldades de natureza relacional, motivacional e cultural. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para superar as diferenças nas escolas, tais como:

- As adaptações de currículos;
- A facilitação das atividades;
- Programas para reforçar as aprendizagens;
- Programas para acelerar a aprendizagem, em caso de defasagem idade/série escolar.

O cenário pós LDB- tem mostrado também maior atenção à diversidade do alunado nas revisões curriculares e de diretrizes da escola básica, associada à flexibilização das formas de organização curricular, acesso e avaliação. Nesse ponto, o desafio da qualidade é o que mais se destaca, já que a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental tem priorizado a adaptação dos recursos orçamentários, humanos e físicos já disponíveis, construindo uma escola mais aberta e, porém, ainda não inclusiva como se deseja.

De outra parte, o processo de descentralização administrativa tem permitido o desenvolvimento de experiências mais diversificadas e inovadoras nos sistemas municipais de ensino.

A Título de exemplo, a Oficina “Educação Inclusiva no Brasil – Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro”, promovida pelo Banco Mundial em parceria com a Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (Instituto Helena Antipoff em março de 2003), reuniu profissionais, de todo o país, que atuavam em diversas posições no Governo e na sociedade civil, para levantar e analisar dados e experiências bem-sucedidas e/ou inovadoras na área da Educação Inclusiva e que destacaram dois pontos essenciais.

1- A inclusão acadêmica não é o mesmo que inclusão social, e que a acessibilidade e a permanência do aluno com deficiência na escola regular não garante a apropriação de conhecimento e a qualidade de ensino. Embora alguns participantes valorizassem os aspectos de desenvolvimento social, há a preocupação de que, se a dimensão acadêmica seja minimizada em projetos de inclusão.

2- A Educação Inclusiva, embora respaldada pela legislação e considerada política educacional prioritária, ainda não representa a realidade cotidiana das escolas brasileiras.

Em relação ao aspecto curricular, a modificação de paradigma exigido pela proposta de inclusão, na visão dos participantes, não se refere apenas às adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais, mais implica, sim, em uma nova forma de concepção curricular, que tem que dar conta da diversidade do alunado da escola.

Independente da composição da turma, o professor deve ser capaz de preparar, coordenar as atividades de sala de aula, imprimindo às mesmas uma dinâmica mais compatível com a realidade social, e menos enfadonha para os alunos. Nesta nova perspectiva curricular, que, como já mencionado, ainda não faz parte da realidade cotidiana de nossas escolas, a ênfase e a responsabilidade pela aprendizagem são deslocadas do aluno e dirigidas para os procedimentos de ensino.

A maior barreira apontada é que os professores não foram preparados, tanto pedagógicos como psicologicamente, para lidar com alunos com diferentes necessidades individuais, sobretudo se essas envolvem deficiências sensoriais ou psicomotoras, ou comprometimentos graves de ordem cognitiva, comportamental e ou de comunicação.

Há ainda, por parte de alguns profissionais, o receio de que Educação Inclusiva acabe se tornando uma forma de negar as necessidades educativas especiais específicas de cada aluno. Por isso foi proposto que não se fale em “inclusão para todos” e sim “inclusão para cada um”, já que a individualização do processo ensino aprendizagem é a base em que se constitui um currículo inclusivo.

Considera-se importante reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno, para, então, determinar que tipo de adaptações seja necessárias, ou não, para que ele aprenda e, o grande desafio é justamente como efetuar uma avaliação individual que não esteja “viciada” pelo enfoque clínico patológico, ainda predominante nos setores responsáveis pela Educação Especial, em grande parte das redes escolares do país.

A maioria dos profissionais acredita que o processo da inclusão tem uma amplitude que vai além da inserção de alunos deficientes na classe regular, e de adaptações pontuais na estrutura curricular e, implica em um envolvimento de toda a escola e de seus gestores, um redimensionamento de seu projeto político pedagógico, e, sobretudo, do compromisso político de uma reestruturação das prioridades do sistema escolar do qual a escola faz parte, para que ela tenha as condições materiais e humanas necessárias para empreender essa transformação.

Portanto, a inclusão do aluno na escola se dá, essencialmente, pela mudança de atitudes e não apenas pela disponibilidade de recursos tecnológicos ou de condições especiais. Isso porque a maioria das escolas supera as dificuldades por meio da criatividade e compromisso dos profissionais que nela atuam. O que se observa a confecção ou elaboração do material pedagógico pelos professores, de forma artesanal, simples, no entanto, eficiente. Essa, talvez, seja uma ação que possa ser divulgada e incentivada em todas as redes escolares.

Além das questões referentes às adaptações curriculares, recursos e acessibilidade, a inclusão social e educacional de pessoas com deficiências só será concretizada a partir de uma interação estreita entre escola e comunidade, que favoreça a retro alimentação do sistema inclusivo, de tal modo que a escola possa influir na comunidade, gerando um efeito multiplicador através de suas ações, ao mesmo tempo em que pode ser modificada pela comunidade.

Já existem algumas experiências bem sucedidas de parcerias entre as escolas e organizações não-governamentais, além de empresas públicas e privadas.

No que diz respeito às ONGs, o Brasil tem uma boa safra de experiências inovadoras, entre elas, as que representam o movimento de vida independente, com ações voltadas para o modelo de “suporte entre pares”, o que pode ser aplicado em

cursos de formação de recursos humanos e nas práticas escolares, em grupos de alunos ou familiares.

Do lado da família, de modo geral, os pais de alunos com deficiências desistem de manter seus filhos em escolas regulares, pois, além de lutar por esse direito, têm que manter uma frequência constante na instituição escolar e, muitas vezes, fornecer todo o suporte à escola.

Também foi destacado nos debates que a relação dessas famílias com a escola compreende, muitas vezes, um doloroso processo de escuta de queixas escolares sobre a aprendizagem e as atitudes dos filhos. Isto em nada enriquece a “estima familiar”, muitas vezes já combalida pelo fato de ter um membro “especial”.

Por outro lado, na medida em que, embora timidamente, mais famílias brasileiras começam a reivindicar o seu direito constitucional de matricular os filhos na escola regular, exigindo que a mesma garanta seu aprendizado, de certa forma, tem-se acirrado os conflitos com as escolas, pois, estas, sobretudo na rede particular, alegando não ter condições de receber alunos com deficiências, criam toda a sorte de dificuldades.

Neste sentido, a barreira de atitude é o elemento mais forte na formação de resistências para o processo de construção da Escola Inclusiva no Brasil, sendo que, a formação do “educador inclusivo” deve ser uma ação prevista e garantida pelas políticas públicas, pois, apesar da maior parte dos sistemas escolares investirem na capacitação docente, esta ainda não atende às necessidades da escola inclusiva.

No Brasil existe a coexistência de dois paradigmas: o da integração e o da inclusão. O modelo de integração demanda um sistema de serviços, uma rede de recursos centrada no indivíduo, ao passo que o modelo de inclusão requer um sistema de suportes, uma rede de apoio, caracterizando uma intervenção no próprio sistema.

Finalizando, no âmbito dos Programas de Educação Inclusiva, os elementos do fórum de discussão enfatizaram como pontos primordiais:

- Elaborar uma política de serviços públicos para responderem às necessidades educativas especiais de todos os estudantes, incluindo aqueles que têm deficiência;
- Incorporar aos programas públicos já existentes nas escolas – Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento da Escola, e outros – o princípio da inclusão;
- Desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos dos programas implantados e realizar pesquisas qualitativas e quantitativas que: ofereçam evidências realísticas acerca dos resultados dos programas implantados com vistas a análise/revisão e modificação dos programas;
- Identifiquem experiências de sucesso a fim de multiplicá-la, alimentando o sistema educacional no processo de avaliação da efetividade da política;
- Citar formas de participação das comunidades escolares – professores, alunos, gestores, técnicos e, também, as famílias na construção dos planos estratégicos de ação para tornar as suas escolas mais inclusivas, valorizando e utilizando os recursos já existentes na escola;
- Desenvolver planos estratégicos de ação nos programas, que aconteçam dentro das escolas, levando em conta as particularidades contextuais;
- Criar programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino;
- Disseminar na rede pública, experiências bem sucedidas de trabalho acadêmico com alunos com risco de fracasso e evasão.

II – OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e avaliar se a inclusão dos alunos com deficiência é efetiva ou deficitária em uma escola regular de ensino público, diante de todas as dificuldades que vemos na atual aprendizagem brasileira e a dificuldade dos professores em ensinar sem qualificação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e avaliar a atuação do professor na sala de aula de uma escola regular e pública com alunos deficientes.
- Identificar e analisar os conhecimentos que os professores de salas regulares têm sobre práticas pedagógicas para alunos deficientes.
- Identificar as condições físicas de uma escola pública para atender os portadores de deficiência.
- Identificar e analisar a percepção dos professores que atuam com alunos deficientes sobre a inclusão destes alunos em salas regulares.

III- METODOLOGIA

3.1- Metodologia

Pesquisar através de entrevistas com professores atuantes, sobre as realidades dos alunos que estão inseridos em escolas regulares e públicas, se eles se encontram em condições e possuem atenção adequada de seus professores para uma educação de qualidade. A pesquisa defendida será de campo qualitativo em na escola municipal de Capela do Alto, onde trabalho atualmente e essa pesquisa apontará principalmente questões, dúvidas e críticas da equipe pedagógica da escola.

Nesta pesquisa tentaremos ter um olhar mais profundo sobre como é visto a inclusão, as propostas de ensino e se de verdade estamos construindo uma sociedade inclusiva.

Nos compêndios escolares temos muita leitura que nos ensina a praticar a inclusão, porém ainda estamos longe de efetivamente cumprir essa inclusão, que muitas vezes parece-nos uma exclusão. Crianças que não tem apoio profissional por parte de educadores e das instituições que não estão preparadas para enfrentar o dia a dia desafiador que é sentir-se incluído por uma situação que não é para tratarmos com dó, com diferença e sim sabermos que a deficiência existe entre nós em termos a capacidade de atender essas crianças que precisam de outro tipo de atenção, e só isso.

Temos muito que aprender e discutir nesse trabalho que permeará uma análise de como é ter num futuro bem próximo uma educação e escola inclusiva.

Para essa pesquisa não será necessário documento de autorização, pois como leciono na mesma a diretora já havia autorizado essa breve entrevista, por serem somente questões elaboradas por eu mesma. O público que a escola atende tem alunos do 1º ao 9º ano, e professores concursados da rede municipal e estadual.

3.2 – Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Capela do Alto, EMEF Vereador Francisco Munhoz Sanches, que funciona no horário regular das 07h00min às 18h00min horas, sendo de manhã do 1º ao 5º ano, à tarde do 5º ao 9º ano. Os 10 professores entrevistados se mostraram bastantes interessados em responder a pesquisa, pois é um assunto que ainda demanda de muita informação e orientação.

3.3 Participantes

Todos os participantes desse processo de investigação de como a escola têm funcionado para receber os alunos com deficiências, foram seriamente precisos nas respostas do questionário, e houve discussões proveitosas sobre as questões de adequação que a escola deve ter com a inclusão.

3.3.1 Características dos professores

P1 – tem 39 anos, casada, tem dois filhos, reside no município de Araçoiaba da Serra, formada em Matemática e Ciências há 15 anos e não possui Titulação de Especialista. Leciona aulas de geometria e Ciências na rede municipal de Capela do Alto há 10 anos e na rede estadual há 15 anos. Participa da maioria dos cursos oferecidos tanto pelo Estado quanto pela Secretaria da Educação do município de Capela do Alto.

P2- tem 28 anos, solteira, reside no município de Itapetininga, leciona na rede municipal de Capela do Alto há 2 anos e na rede estadual há 1 ano. É formada em Letras há 3 anos, mas leciona e domina a Língua Estrangeira (Inglês). Não possui Título de Especialista. Quando tem oportunidade participa dos cursos oferecidos pela Secretaria da Educação de Capela do Alto.

P3 – tem 55 anos, casada, tem dois filhos, reside no município de Capela do Alto, leciona na rede municipal, formada em História há 25 anos, não possui Titulação de Especialista, mas sempre participa dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Capela do Alto, sendo alguns desses cursos relacionados à inclusão.

P4 – tem 45 anos, solteira, reside no município de Capela do Alto e leciona na prefeitura e na rede estadual há 20 anos. É formada em Matemática e Ciências,

ministra aulas de ambas as disciplinas nas duas redes de ensino, não possui Título de Especialista, mas sempre participa dos cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do Município e da Rede Estadual.

P5- tem 35 anos, solteira, reside no município de Capela do Alto. Leciona na rede municipal há 2 anos e na rede estadual há 9 anos. É formada em Educação Física há 10 anos e possui Pós Graduação em Educação Física Escolar há 3 anos e quando pode participa dos cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e pela Secretaria Municipal da Educação.

P6- tem 48 anos, casada, tem 3 filhos, reside no município de Itapetininga, leciona na Rede Municipal há 2 anos e na rede estadual há 5 anos. É formada em Letras há 5 anos e ministra aulas de Língua Portuguesa em ambas as redes de ensino. Não possui Título de Especialista, mas quando tem oportunidade participa dos cursos oferecidos pelo estado e pela Secretaria Municipal da Educação e da Rede Estadual.

P7- tem 49 anos, casado, tem dois filhos, reside em Araçoiaba da Serra e leciona na rede municipal de capela do alto 10 anos. É formado em artes há 15 anos, mas não possui Título de Especialista, mas sempre participa dos cursos oferecidos pela Secretaria da Educação de Capela do Alto. Este professor também leciona em escolas do município onde reside desde quando se formou em Artes, acumulando cargos.

P8- tem 30 anos, casado, tem dois filhos, reside no município de Tatuí. Leciona na rede municipal de Capela do Alto há 2 anos e na estadual há 5 anos. É formado em Geografia há 6 anos, mas não possui Título de Especialista, mas quando pode participa de cursos oferecidos pela secretaria de educação de Capela do Alto e também da Rede Estadual.

P9- tem 29 anos, solteira, reside no município de Capela do Alto. Leciona na rede municipal há 4 anos. É formada em Artes há 5 anos, possui curso de Pós-Graduação em Arte e Educação há 1 ano e sempre participa dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação.

P10- tem 35 anos, casado, reside no município de Capela do Alto. Leciona na rede municipal há 10 anos. É formado em Educação Física há 12 anos, mas não

possui Título de Especialista, mas sempre participa dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação. Nos horários que não está lecionando na escola trabalha em uma academia de musculação na mesma cidade onde reside.

3.4- Materiais

Para realização desse trabalho de pesquisa foi utilizado papel, caneta, gravador, pois alguns preferiram não escrever e sim relatar em entrevistas baseado nos questionários e depois passamos no papel.

3.5- Instrumentos de Construção de Dados

O instrumento de pesquisa foi o questionário que se encontra no apêndice.

3.6- Procedimentos de Construção de dados

O critério de escolha da Instituição foi por ser uma escola que já conhecia há mais tempo, e que vem adaptando em algumas coisas para o processo de inclusão. As pessoas, os professores foi em função de que sempre mudam alguns em cada atribuição de aulas e alguns permanecem, podendo dar duas referências: a primeira de quem já chegando de novo na escola e outra de quem já está na escola mais de 5 anos. A abordagem foi simples e objetiva. Informei que estava fazendo um curso na UNB no Polo Itapetininga e que precisava fazer uma pesquisa qualitativa para levantar dados sobre a Inclusão e o processo de adaptação.

Utilizei o questionário já com algumas perguntas direcionadas e dando um prazo para responderem e recolher depois.

3.7- Procedimentos de Análise de Dados

Na Análise de dados foram detectados alguns pontos fundamentais do processo de inclusão da escola na Cidade de Capela do Alto.

- Grande parte dos professores não estão capacitados suficientemente para assumir uma nova postura de professor-educador de educação especial;

- As experiências até o momento da pesquisa demonstrou que alguns professores tiveram problemas com os alunos em sala de aula, no que se refere a aprendizagem e interação social;
- Alguns professores demonstraram que não aceitavam tinham preconceitos, mas, têm dificuldades em lidar com eles em suas salas;
- Pouca capacitação de curta duração, para assumir esses alunos com deficiência;

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para contribuir nos resultados dessa pesquisa, fizemos uma reflexão com autores no embasamento teórico que discutem a Inclusão e o todo o processo de aprendizagem. Para tanto, foram realizadas as entrevistas com (10) dez professores da Escola EMEF Vereador Francisco Munhoz Sanches com atendem alunos com deficiência.

Para Figueiredo (2002) trabalhar com crianças deficientes não requer uma especialização para reduzir ou por termo às suas deficiências, mas o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

A aprendizagem se efetiva na interação social dentro de um determinado momento histórico, requerendo o uso de mediadores para o processo criativo, por meio de diferentes estratégias pedagógicas que possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva – condições consideradas essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania (FUNGHETTO, 2005).

Abaixo apresentaremos a entrevista com comentários sobre esse processo de Inclusão/Exclusão nas redes de ensino.

4.1- Entrevista com os professores

1 - Na questão: **Há necessidade de capacitação de professores da Rede Pública de Ensino para a ação pedagógica na sala de aula diante da inclusão?**

Os professores apontaram que é necessário que a prefeitura e a secretaria da educação sejam mais presentes e ofereçam cursos que atendam às necessidades dos alunos deficientes, não sendo necessário a especialização ou um curso muito extenso ou aprofundado, mas cursos extra-curriculares que mostrem meios e caminhos para que o ensino/ aprendizagem, para os alunos deficientes, torne-se significativa.

“Hoje em dia, com todo esse processo de inclusão e toda a mudança que vem ocorrendo na educação é extremamente necessário que todos os professores tenham preparo para poder trabalhar com os alunos deficientes juntamente com os outros alunos da sala de aula, pois os esses alunos necessitam de uma atenção diferenciada e atividades que possam desenvolver e estimular suas habilidades, segundo o P4”.

2 - Na questão: Qual a sua opinião sobre a inclusão em escolas Públicas Estaduais e Municipais? Foram obtidas as seguintes respostas:

P1 respondeu da seguinte maneira: “Muitas escolas públicas, seja ela municipal ou estadual, não estão preparadas com infra-estrutura para receber seus alunos, pois muitas delas não possuem rampas para cadeirantes, os professores não têm capacitação para lidar com as situações que envolvem esses alunos e não há material adequado para realizar o trabalho e com isso fica muito difícil a inclusão na escola”.

P8 respondeu da seguinte forma: “Se a escola não está preparada para receber os alunos deficientes é claro que eles deveriam continuar a freqüentar as instituições que sejam especializadas para atender as necessidades desses alunos. Por mais que seja obrigatória a oferta e o recebimento desses alunos na escola, de que resolve se não temos estrutura para oferecer ensino e atenção de qualidade”

Diante dessas respostas podemos perceber que os professores também vêem que as escolas não estão preparadas para receber alunos deficientes, pois é necessário repensar em novos métodos, novos planejamentos e novas estruturas tanto pedagógica quanto física para que a inclusão passe a ser efetiva e não somente nos dizeres da nossa legislação e dos nossos livros.

Podemos vislumbrar também nas palavras dos professores a repulsa diante da inclusão, a qual está muito presente na sala de aula, pois é fato que o professor que nunca ensinou e nunca teve contato direto com alunos deficientes e não tem instrução para ministrar aulas para esses alunos, possui um certo medo para ensinar crianças e adolescentes deficientes, principalmente se a escola e a equipe pedagógica também não estiver preparada.

3 - Na questão: A presença de alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula? Nessa questão foram obtidas as seguintes respostas:

Para P5, A presença de alunos deficientes não dificulta o trabalho na sala de aula, mas muitas vezes fica difícil dar atenção e estimular esse aluno e proporcionar um ensino de qualidade.

Segundo o P6, “Quando passo o conteúdo na lousa todos os alunos copiam, resolvem e eu corrijo seus cadernos. O aluno deficiente também faz o mesmo, mas muitas vezes sem entender o que está fazendo, então corrijo seu caderno como se tivesse feito tudo corretamente. Portanto como não possuo nenhuma orientação procedo igualmente como se ele fosse um aluno “normal”.

Podemos perceber através das respostas obtidas nessa questão o quanto o aluno deficiente é excluído na sala de aula quando o professor não possui nenhum suporte para ajudá-lo. Reflexo disso é o comportamento acima mencionado, de forma que o professor pouco orientado e sem a devida capacitação não trata às necessidades que o deficiente precisa ter. Sendo assim, a falta de capacitação e apoio pedagógico torna o aprendizado pouco produtivo para o aluno deficiente, deixando-o às margens da sorte para um suposto aprendizado.

4- Para essa questão: *Você acha que o Governo e a Prefeitura são compromissados em relação à inclusão nas escolas da Rede Pública de Ensino?*

Essa questão todos os professores responderam que a prefeitura e o governo não são compromissados, pois não oferecem orientação e estrutura para receber esses alunos, conforme abaixo explicitado, pelo P10.

“Os órgãos públicos oferecem as vagas para deficientes, como determinam as leis. Nesse sentido, a escola é obrigada a oferecer essas vagas aos alunos quando há procura, mas os materiais são bem escassos, nas poucas vezes que são fornecidos. Além de que o professor que não possui nenhuma capacitação precisa correr atrás de material adequado sem ao menos ter uma orientação prévia de onde iniciar”.

5- Na questão: **Qual a sua sugestão para que a inclusão torne-se mais significativa e efetiva no ambiente escolar?**

Todos os professores responderam que para a inclusão tornar-se mais significativa precisaria melhorar as condições físicas da escola, no fornecimento de materiais pedagógicos adequados de acordo com a deficiência desses alunos e oferecer cursos aos educadores sobre inclusão, conforme o P3 descreveu:

“Para que a inclusão torne-se mais efetiva, antes de tornar-se lei os órgãos públicos deveriam oferecer estrutura às escolas e capacitação aos professores para que facilitasse o ensino”.

6- Na questão: **O que você sabe sobre a inclusão?** Foram obtidas as seguintes respostas:

P9 - “Sei que a escola é obrigada a oferecer as vagas ao deficiente, pois está presente na lei, mas acolher esses alunos sem ter nenhuma noção sobre o assunto não produz os resultados esperados. Não quero dizer que tenho preconceito, os recebo muito bem, porém em uma sala de aula com mais de 30 alunos é complicado demais atentar para as necessidades dos alunos deficientes”.

P7 Disse: “Inclusão é não diferenciar e não excluir os alunos que tenham dificuldades de se locomover, de aprender e de se socializar, mas sim acolhê-los e estimulá-los a nunca desistir. Sabemos que a inclusão está na nossa legislação, já que participamos de algumas palestras relacionadas a esse assunto, mas não são suficientes para que a adequação do planejamento seja efetiva e a aprendizagem desse aluno seja de qualidade”.

Podemos perceber diante das respostas dos professores que muitos sabem que a inclusão esta presente em lei e que a escola é obrigada a receber e oferecer vagas para deficiente, mas não possuem aprofundamento sobre o assunto. A maioria também mostra a necessidade de apenas possuir algumas noções sobre o assunto e não de grandes aprofundamentos sobre a inclusão para pelo menos entender o que vem a ser e como lidar as necessidades desses alunos, bem como, desenvolver suas potencialidades e não fazer como muitos excluindo esse aluno na sala de aula com a desculpa de não possuir meios para ministrar suas aulas perante uma sala de mais de 30 alunos e mais o aluno deficiente.

Outros professores também conhecem as leis que citam a inclusão e possuem certos conhecimentos sobre o assunto, pois já participaram de algumas palestras e pequenos cursos que falam sobre inclusão, porém devido à ausência de suporte material não conseguem aplicar no cotidiano escolar.

7- Você recebeu algum treinamento ou orientação para receber alunos deficientes?

Nessa questão todos os professores responderam que nunca receberam treinamentos e orientação específica para a utilização na sala de aula, mas alguns relataram que já participaram de palestras ligadas ao assunto, e sempre vêem notícias e reportagens sobre o assunto, porém não diretamente ligado a como trabalhar com os referidos alunos.

P2 manifestou-se da seguinte forma: “Nunca recebemos nenhuma orientação para receber alunos deficientes, mas sempre procurei saber mais através de livros, internet e televisão, mas creio que somente isso não basta para saber ensinar e socializar esses alunos, para isso é necessário ter um caminho a seguir e é muito melhor quando esse caminho é mostrado por alguém que entende do assunto”.

8- Qual a maior dificuldade encontrada na sala de aula ao se trabalhar com alunos deficientes?

Todos os professores foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade encontrada na sala de aula refere-se a adaptação do planejamento, a falta de material pedagógico adequado para o modo de ensino aos alunos com deficiência e a falta de orientação e ajuda nessa aspecto.

P7 relatou que: “A maior dificuldade encontrada na sala de aula é adequar e elaborar atividades para os alunos deficientes e para os outros alunos, além de outros fatores que tornam a inclusão uma questão apavorante no nosso meio, como a dificuldade da equipe pedagógica unir-se para encontrar a melhor solução. Com isso, ficamos a “Deus dará”, pois solicitamos ajuda, mas ninguém está apto para nos ajudar”.

9- Como você acolhe o aluno com deficiência perante os demais?

Nessa questão os professores responderam que acolhem o aluno deficiente da mesma forma que os demais os tratando com igualdade e respeito, mas com a

consciência de que eles precisam de uma atenção maior para desenvolver suas potencialidades e superar suas dificuldades.

P1 ressaltou: “Acolho o aluno deficiente sem discriminação e com muito respeito, pois não faço com os meus alunos o que não gostaria que fizesse com meu filho. Por isso, tento fazer o máximo que posso para ele e sua família ficarem satisfeitos diante de sua aprendizagem”.

10- Como se dá a interação desse aluno com os demais colegas no ambiente escolar?

Nessa questão todos os professores responderam que a convivência dos alunos deficientes e os demais é reciprocamente favorável e respeitosa, então é de extrema importância que o professor trabalhe sempre em sala de aula que todos nós somos diferentes e que ninguém é igual a ninguém, para que a convivência entre todos seja extremamente pacífica e agradável.

P3 fez o seguinte comentário: “O aluno deficiente interage muito bem com os demais colegas, sendo que eles também gostam muito desse menino, o ajudam nas tarefas diárias, quando necessário, e o respeitam muito. Ajuda e reciprocidade entre os alunos “normais” e os deficientes nos mostra que o preconceito pode um dia ser apenas uma palavra e não mais um ato de crueldade”.

11- Como é o comportamento da família desses educando?

Nessa questão as respostas obtidas foram às seguintes:

P5 fez questão de registrar o seguinte; “Não possuo contato efetivo com os pais desse aluno, pois ministro poucas aulas durante a semana nessa escola, mas pelo que os outros professores dizem o compromisso desses pais é bem favorável”.

P1 Enfatizou: “No começo a família desse aluno tinha receio de como seria o comportamento do filho no ambiente escolar e como seria o relacionamento com os demais colegas, mas depois se surpreenderam com as atitudes do filho, pois ele começou a gostar de ir à escola, uma atitude bem diferente da anterior, quando ele chorava para não ir à escola. Agora ele participa de muitas atividades desenvolvidas pela equipe pedagógica e está bem mais comunicativo. A família sempre que tem a

oportunidade procura a Instituição para saber como anda a aprendizagem do aluno e não se contenta em freqüentar somente as reuniões de pais”.

Diante dessas respostas podemos perceber que é de extrema relevância o contato entre professores, diretores e pais de alunos, pois é importante ambos saberem o que acontece dentro da escola e na casa desses alunos, se o comportamento em ambos os lugares é tranquilo e se ele está se sentindo bem na sala de aula com os demais colegas.

Os pais também têm o dever de informar a escola qualquer regresso no comportamento e qualquer negação perante assuntos da escola e o direito de saber também como anda a aprendizagem do filho e o tratamento dos professores com relação a esse aluno.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a inclusão é um direito assegurado pela Constituição Federal, e o maior desafio da escola hoje é envolver as pessoas no processo de mudança de atitude, pois a diferença não pode ser alvo de discriminação e preconceitos.

Assim, quando falamos de inclusão, estamos envolvendo pessoas, instituições e temas que na prática tropeçamos, erramos e às vezes por medo, não apoiamos, projetos e programas voltados ao processo de incluir as pessoas seja a deficiência que for.

É fato que existem muitas dificuldades na construção da escola inclusiva, mas podem ser vencidas através de um trabalho de conscientização e sensibilização no âmbito político, administrativo e didático – pedagógico. A escola precisa mudar, considerando o potencial e o interesse de seus alunos individualmente, principalmente no que se refere às deficiências.

Para que uma escola se torne inclusiva tem que contar com a participação de todos: professores, funcionários, familiares e a própria comunidade. Deve-se programar para implantar as adequações necessárias, para garantir aos alunos com deficiência uma aprendizagem de qualidade

O ponto de partida para essa mudança é o Projeto Político Pedagógico da escola, que permita a escola programar um sistema inclusivo de acordo com sua realidade, sendo um instrumento definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender contendo o que será feito, porque, para que, para quem e como será feito.

Além do projeto político pedagógico consistente, a escola deve garantir ao professor, suporte pedagógico. Tal suporte deve ser oferecido através da coordenação pedagógica ou da equipe técnica designada para preparar e acompanhar o ensino nas salas de aula com alunos com deficiência.

É preciso que o educador se envolva no processo com verdadeiro desejo de mudança para que possa resultar sua ação em atitudes regulares e confiantes no processo de ensino/aprendizagem.

No trabalho apresentado focamos uma escola da rede municipal que tem matriculados alunos com deficiências. Durante a pesquisa com os 10 professores, pudemos verificar que muitos são os problemas, mais eles não desistem de buscar solução para resolver as questões de como lidar com o diferente. As atitudes estão mudando, por conta dos professores que estudam, fazem capacitações, trocam informações, mais ainda falta a grande cartada: a da estrutura pública se colocar a frente dos professores para prepará-los para que o trabalho escolar seja realizado de forma coerente, entendível pelo aluno, pelo professor e pela comunidade escolar que faz parte do processo, pois é essa comunidade que ele vive e convive.

As hipóteses mais prováveis no processo de Inclusão/Exclusão na rede escolar são as falhas das políticas públicas que não fiscalizam as escolas para reorganizá-las para receber e acompanhar as pessoas com deficiências.

Em tempo, podemos dizer que cumprimos nossos objetivos que foram pesquisados, que eram identificar as problemáticas na escola regular quanto a inclusão ou exclusão das pessoas com deficiências.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B. **Uma inclusão nada especial**. Apropriações da política de inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Pública de Educação fundamental do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002

BANCO MUNDIAL. **Educação municipal no Brasil**: recursos, incentivos e resultados, v. 2 Banco Mundial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Legislação de ensino de 1º e 2º graus**, v. 15 São Paulo, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

CAVALCANTE, R. S. C. **A inclusão aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula de ensino regular: o papel do professor**. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n.52, p.31-5, set/out, 2000.

CAPUTO, M. E.: FERREIRA, D. C. **Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down**. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n.52, p.25-30, set/out, 2000.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**, trad. Sandra Trabucco Valenzuela, São Paulo: Cortez, 2002.

D'ANTINO, M. E. F. **A Questão da integração do aluno com deficiência mental na escola regular**. In: MANTOAN, M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Memnon / SENAC, 1997. Disponível no site: <http://www.conteudoescola.com.br>. Acesso em 04 de fevereiro de 2009.

FARIAS, G. C. **O programa de intervenção precoce como fator de inclusão da criança cega**. Temas sobre Desenvolvimento, v.12, n.67, p.44-9, mar/abr, 2003.

FIGUEIREDO, R.V. de. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vanilton C. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. XI ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A e Goiânia Alternativa, 2002. p.67 – 68.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001, p. 184.

FUNGHETTO, S.S. **Criatividade e educação especial**: Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Universitas.FACE, vol.2, nº1. 2005.

JOHNSON, T. – **Educação inclusiva do projeto estadual de mudança de sistemas para a educação inclusiva** – Apostila de 1995.

MANTOAN, M.T.É. **Caminhos pedagógicos da Inclusão**, São Paulo. Memnon, 2001, p. 115.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva**: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educ. rev.*, n.33, p.143-156, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WISE, L. **Trabalhando com Hannah**: Uma criança Especial em uma Escola Comum, trad. Ronaldo Cataldo Costa, 1ª Ed. Porto Alegre, Artmed, 2003, p. 135.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



APÊNDICES

A – MODELO DE QUESTIONÁRIO

- 1 - Há necessidade de capacitação de professores da Rede Pública de Ensino para a ação pedagógica na sala de aula diante da inclusão?
- 2 - Qual a sua opinião sobre a inclusão em escolas Públicas Estaduais e Municipais?
- 3 - A presença de alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula?
- 4 - Você acha que o Governo e a Prefeitura são compromissados em relação à inclusão nas escolas da Rede Pública de Ensino?
- 5 - Qual a sua sugestão para que a inclusão torne-se mais significativa e efetiva no ambiente escolar?
- 6 - O que você sabe sobre a inclusão?
- 7 – Você recebeu algum treinamento ou orientação para receber alunos deficientes?
- 8 – Qual a maior dificuldade encontrada na sala de aula ao se trabalhar com alunos deficientes?
- 9 - Como você acolhe o aluno com deficiência perante os demais?
- 10 - Como se dá a interação desse aluno com os demais colegas no ambiente escolar?
- 11 - Como é o comportamento da família desses educandos?

ANEXO I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Senhores professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino. Constam da pesquisa entrevistas dirigidas aos professores com alunos surdos, incluídos em salas de aula do Ensino Regular e a alunos surdos que tiveram oportunidade de conhecer a Língua Brasileira de Sinais durante o período escolar. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo. Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone 9109-3448 ou 9662-5226 ou no endereço eletrônico angela.335@terra.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente, _____

Ângela Cristina Alciati Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva pólo UAB – UnB – Itapetininga/SP

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____